

MENSAGEM DE VETO N° 065, DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA,

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES E EXCELENTÍSSIMAS SENHORAS VEREADORAS,

RAZÕES DE VETO TOTAL

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º do art. 50 c/c inciso V, do art. 62, ambos da Lei Orgânica do Município de Boa Vista, decidi VETAR TOTALMENTE, por razão de inconstitucionalidade, o Projeto de Lei n.º 033, de 27 de fevereiro de 2023, de iniciativa do Poder Legislativo, que dispõe sobre A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA PARA AS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR segundo as razões que respeitosamente passo a expor:

Na análise do Projeto de Lei nº 33, de 27 de fevereiro de 2023 em que pese o reconhecido caráter social do mesmo, conclui-se que existem impedimentos legais para a sua aprovação, tendo em vista que há a renúncia de receita, bem como versa sobre matéria de iniciativa do Prefeito, estando eivado de inconstitucionalidade.



Rua General Penha Brasil, nº 1.011 - São Francisco - Palácio 09 de Julho Fone: (095) 3621-1700 - Ramal 1719 - Gabinete da Prefeita CEP 69.305-130 - Boa Vista/RR. Sitio: www.boavista.rr.gov



O Art. 1º do Projeto de Lei PL nº 33/2023 possui a seguinte redação:

Art. 1º Fica assegurado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que tenham interesse de ingressar no serviço público municipal a isenção de taxa de inscrição em (...)

Ocorre que a receita pública, entendida como tudo o que entra nos cofres públicos, não tem o objetivo de lucro, como na iniciativa privada, mas sim cobrir despesas com o fim de atender as necessidades públicas. Ao abrir mão desses valores, está o Poder Executivo concedendo isenção, o que é vedado pela LOM, em seu art. 45, inciso IV. Vejamos:

Art. 45 – Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

(...)

VI - a concessão de isenção, benefício ou incentivo fiscal; (Incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 015, de 2009)

A proposição em pauta significa grave intromissão do Poder Legislativo Municipal em seara que não lhe é própria, eis que o Poder Legislativo acaba interferindo na administração municipal em afronta ao que estabelece ao art. 62, II e VII da Lei Orgânica do Município de Boa Vista – LOMBV, uma vez que concede isenção (art. 1° do PL), ferindo ainda o que dispõe o art. 45, VI da mesma norma acima citada.

Destarte, ocorre uma violação expressa a preceitos e princípios corolários da separação entre os Poderes, estabelecidos no art. 2º da Constituição da República e repetidos, com arrimo no princípio da simetria, nos art. 2º da Constituição do Estadual e 9º da LOMBV, respectivamente.

Nesse sentido a jurisprudência acerca do tema:



Rua General Penha Brasil, nº 1.011 - São Francisco - Palácio 09 de Julho Fone: (095) 3621-1700 - Ramal 1719 - Gabinete da Prefeita CEP 69.305-130 - Boa Vista/RR. Sitio: www.boavista.rr.gov



EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA DO PODER EXECUTIVO. PEDIDO DEFERIDO. Lei nº 781, de 2003, do Estado do Amapá que, em seus arts. 4º, 5º e 6º, estabelece obrigações para o Poder Executivo instituir e organizar sistema de avaliação de satisfação dos usuários de serviços públicos. Inconstitucionalidade formal, em virtude de a lei ter-se originado de iniciativa da Assembléia Legislativa. Processo legislativo que deveria ter sido inaugurado por iniciativa do Governador do Estado (CF, art. 61, § 1º, II, e). Ação direta julgada procedente. (ADI 3180, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, julgado em 17/05/2007, DJe-037 DIVULG 14-06-2007 PUBLIC 15-06-2007 DJ 15-06-2007 PP-00020 EMENT VOL-02280-02 PP-00210)

Da mesma forma a jurisprudência dos Tribunais de Justiça estaduais, da qual cita-se como exemplo excerto do TJ de São Paulo:

Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei municipal que cria obrigação para a municipalidade de sinalizar as vias urbanas nos postes da rede elétrica, onerando a administração - Matéria atinente à organização da administração pública - Vicio de iniciativa. Ação julgada procedente.

(TJSP. 2229467020098260000 SP 0222946-70.2009.8.26.0000, Relator: Souza Nery, Data de Julgamento: 23/03/2011, Órgão Especial, Data de Publicação: 05/04/2011)

Desta forma, não obstante se possam reconhecer os meritórios propósitos que nortearam seus ilustres autores, com fundamento nos dispositivos legais supramencionados, VETO TOTALMENTE o Projeto de Lei em comento, por demonstrar-se inconstitucional e ilegal, por afronta ao disposto no art. 2º da Constituição Federal, artigos 2º e 63, inciso II





e V, da Constituição Estadual, bem como art. 9°, 45, inciso VI e 62, incisos II e VII da Lei Orgânica Municipal.

Boa Vista, 25 de outubro de 2023.

ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO

Prefeito de Boa Vista





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO "BRASIL: DO CABURAÍ AO CHUÍ"

"BRASIL: DO CABURAL AO CHUI

Rua General Penha Brasil, 1011 - São Francisco CEP: 69.305-130 - *Palácio 9 de Julho*Telefone: (95) 3621-1732 - Site: www.boavista.rr.gov.br



Boa Vista, data conforme assinatura digital.

OFÍCIO № 50-311-PGM/PROTOCOLO/2023 NUP: 9. 463503/2023

A Sua Excelência o Senhor
Genilson Costa e Silva
Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista
Câmara Municipal de Boa Vista
Palácio João Evangelista Pereira de Melo
Avenida Capitão Ene Garcês, nº 1.264, São Francisco
Boa Vista - RR - CEP 69.301-160

ROTOCOLO
Câmara Municipal de Boa Vista
RECEBI hr: 09.16
Do Dia: 06.11.03
ASS

Eleomar Viana de Oliveira
Auxiliar Legislativo-CMBV

Assunto: Encaminha mensagem de Veto total 065/23, para apreciação.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste expediente encaminhar Mensagem de Veto total:

N° 065 referente ao Projeto de lei n° 033/2023; a isenção da taxa de inscrição em concurso público e processo seletivo no âmbito do município de Boa Vista paras as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar., para apreciação.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração e nos colocamos a inteira disposição para eventuais esclarecimentos ou solicitações.

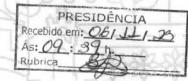
Respeitosamente,

ASSINATURA ELETRÔNICA

MARCELA MEDEIROS QUEIROZ FRANCO

Procuradora-Geral do Município de Boa Vista

OAB/RR 433





À SGL	i
PRESIDÊNCIA - CMBV () ARQUIVA-SÉ () PARA ANÁLISE () PARA PROVIDÊNCIAS () PARA CONHECIMENTO EM	
Michelle P. de Souza Loureto Chefe de Gabinete Presidencia - CMBV	.1

REC	EB	IDO
SECRETARIA	GERAL	LEGISLATIVA
Fm: 06		20 23
Horáno:	11	: 12
	4	ut